

A Constituinte

Freitas Nobre



Disfarce e dilema da soberania

Discussão da soberania da Constituinte está sendo propositadamente confundida e escondendo o real debate em torno de problemas que não são propriamente regimentais.

Aliás, é comum na atividade política e parlamentar o disfarce, para não dizer a maquiagem (denominação tão atual para os fraudadores de preços) que encobre a realidade. Já não é o manto diáfano da fantasia a cobrir as verdades, mas uma bem maquiada e planejada desinformação. Mais para o público do que para os parlamentares. Estes, porém, sabem, exatamente, o que está ocorrendo.

Não tem para os constituintes a mesma força a explicação do líder do governo, deputado Carlos Sant'Anna, ao declarar que, não sendo jurista, não percebeu a outra intenção da emenda substitutiva ao parágrafo 7º do artigo 57 do projeto de regimento, até porque esse texto, segundo afirmaram vários parlamentares, chegou à reunião trazido pelo próprio líder que o redigiu ou ajudou a redigir. Era o resultado de um acordo entre os chamados xiitas e os defensores do funcionamento concomitante das duas Casas do Congresso.

Se a convocação da Constituinte tivesse sido feita de forma autônoma, também o problema viria surgir na ocasião dos debates relativos à fixação do mandato presidencial.

Antecipando esse debate, a matéria ficará definida, agora, economizando tempo para a própria Constituinte, inclusive para o debate da unicameralidade.

A redação do parágrafo 7º do art. 57 constituiu uma surpresa para o presidente que chamou a atenção para o fato de ter sido ele com seus auxiliares mais próximos que descobriram a manobra.

Por isso é que, além das observações feitas à sua liderança na Câmara, o presidente afirmou a vários parlamentares que não vai mais admitir surpresa por parte dos que integram a Aliança Democrática e que devem ser exatamente seus companheiros mais vigilantes.

A nova modificação proposta em acordo entre as duas fracções em que se distribuem os defensores de um mandato reduzido e da manutenção dos 6 anos, também não atende aos interesses do presidente Sarney, pois, admitindo a modificação do texto por quórum não qualificado ("quando apresentar-se algum dano ou risco aos trabalhos e decisões da Constituinte"), a realidade é que se está abrindo uma brecha. A atual Constituição fica vulnerável a um quórum de maioria e não de dois terços e qualquer outra modificação torna-se possível.

Nos encontros com Ulysses Guimarães e com parlamentares do PMDB e do PFL, o presidente Sarney reclamou a necessidade de um entendimento dentro da Aliança Democrática, como primeiro passo para a votação do Regimento.

Justificando como defesa do princípio da soberania o não funcionamento das duas Casas do Congresso, a não ser em convocação extraordinária, o grupo que se fixou na defesa do parágrafo 7º do art. 57 sabe que sua aprovação equivale a concentrar poderes absolutos na Constituinte. A partir daí, as decisões tomadas deixariam de levar em conta rigorosamente o texto da atual Carta e tudo, inclusive o mandato do Presidente Sarney, estaria sob risco iminente.

A Constituinte parou, portanto, num parágrafo e a fórmula encontrada para a saída do impasse, nos bastidores do próprio Palácio do Planalto, foi a pressão que agora se exerce com as sessões convocadas pelo Senado a partir de hoje, segunda-feira. E, para demonstrar que essa é a posição mais coerente e viável, com cobertura do próprio presidente Sarney, nesta segunda-feira, o Senado deverá compatibilizar o seu funcionamento com as tarefas constituintes, adaptando seu Regimento Interno.

O Mandato do Presidente

Na Câmara, o grupo mais fiel ao presidente Sarney, reforçado pelo PDS, deverá dar número para as sessões ordinárias que devem começar hoje, enquanto os que defendem o recesso do Legislativo no período de redação da nova Constituição estão dispostos a ausentar-se para impedir o seu funcionamento regular.

Com a moção inicial do deputado Lélcio de Souza, do Rio Grande do Sul, fortalecido com o apoio posterior do deputado Maurílio Ferreira Lima, de Pernambuco, e vários outros parlamentares, o movimento acabou dividindo em dois segmentos a própria Aliança Democrática, estimulando pedessistas, petistas e pedetistas, particularmente, a reforçarem as posições chamadas progressistas do PMDB.

Embora o presidente da República, diretamente, não tenha feito qualquer ameaça de demitir os indicados para cargos federais, corre à boca pequena no Congresso que não vai haver contemplanças com os senadores e deputados que se colocarem a favor de modificações que abram a possibilidade de alterar a Constituição atual de forma a permitir a redução do mandato presidencial.

Alguns desses parlamentares falam, mesmo, em direito adquirido, para o mandato de seis anos, embora conheçam, por certo, a impropriedade da expressão. Vão mais longe, colhendo assinaturas para uma emenda preventiva, confirmando o mandato dos seis anos para o presidente.

Para talhar a manobra de redução do mandato, o PFL colocou o entrave principal, entendendo que se a Constituinte vota um texto novo com maioria, mesmo absoluta e não simples, no entanto, a Carta atual para ser modificada tem necessidade de um quórum de dois terços, até porque ela não foi alterada nesse dispositivo.

Os encontros se sucedem em lugares os mais diversos de Brasília, menos no Congresso, onde, quando ocorrem, levam os seus interlocutores aos locais mais estranhos. O ministro Paulo Brossard, ainda na semana passada, reservou-se para uma conversa durante um quarto de hora em dos toilettes do próprio Congresso.

Nesta segunda-feira, o teste é para valer.

O Senado e a Câmara realizarão suas sessões normais, ou o mandato de seis anos do presidente Sarney está em perigo.

Para o acordo sobre o Projeto de decisão, previsto no referido parágrafo 7º, ficou entendido que isso só ocorreria "para sustar medidas que possam ameaçar os trabalhos e decisões soberanas da Constituinte". Mas, ainda assim, a reação continua e o impasse se mantém, porque o bloco do presidente Sarney não está constituído e nenhum partido conta com 280 votos para uma decisão segura.

O apelo do líder José Lourenço, do PFL, é para que Ulysses faça a Câmara funcionar a partir de hoje, em horários não colidentes com os trabalhos constituintes. Mas Ulysses, ao retorno de Angra dos Reis, onde se sabe que apenas conversou com os ministros Renata Archer e Rafael de Almeida Magalhães, tem hoje uma conferência no Ministério das Relações Exteriores, para alunos de Diplomacia, marcada há algum tempo. De certo, não está contando com a abertura de hoje, embora o líder do PDS, Amaral Neto, já esteja mobilizado para instalar a sessão, na conformidade do Regimento da Câmara.

Até o netinho de Ulysses não ficou com ele. Ficou numa residência em Angra, porém distante do avô. E, da mesma maneira como em São Paulo, atende o verbo, aos que o abordavam aproveitando na prática o que vê e ouve: "O vovô está aborrecido, e acho que é com o PFL..."

ANC 88
Pasta 06 a 11
março/87
057